



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014

CONVITE Nº 04/2014

A **CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ**, Estado de Santa Catarina, com sede na Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3825 – Bairro Ressacada, através da Secretaria de Administração e Finanças, em conformidade com a Lei 8666 de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, Lei Complementar 123/06, Lei Municipal 5.670 de 20 de dezembro de 2010, e demais legislações aplicáveis, torna público, a realização de licitação, na modalidade **CONVITE**, do tipo **Menor Preço**, no **regime de execução indireta de empreitada por preço unitário**, objetivando a contratação de empresa para execução de obras de construção de uma guarita no estacionamento da Câmara de Vereadores de Itajaí, conforme as especificações e condições fixadas neste instrumento e seus anexos.

VALOR ESTIMADO: R\$ 14.838,19 (quatorze mil, oitocentos e trinta e oito reais e dezenove centavos)

DATA DE ABERTURA: 28/08/2014

HORÁRIO DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min

HORÁRIO DA ABERTURA: 14h15min

LOCAL: CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ.

ENDEREÇO: AV. VER. ABRAHÃO JOÃO FRANCISCO, 3825 – RESSACADA – ITAJAÍ (SC).

Itajaí (SC), 15 de agosto de 2014.

VALDIRENE APARECIDA MAZZETTO MOROSO
Secretária de Administração e Finanças

GILBERTO DE SOUZA
Secretário Geral



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



1 – DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a seleção de proposta, visando à execução de obras de construção de uma guarita no estacionamento da Câmara de Vereadores de Itajaí, conforme as especificações e condições fixadas neste instrumento e seus anexos.

1.2 A presente licitação reger-se-á pelo disposto neste Edital e em seus Anexos e pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas respectivas alterações e pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006;

- Tipo de licitação: **MENOR PREÇO**;
- Regime de Contratação: **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**;
- Critério de julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL**.

2 – DA APRESENTAÇÃO

2.1. As proponentes deverão apresentar “Documentos de Habilitação” (Envelope nº 01) e “Proposta de Preços” (Envelope nº 02) em envelopes separados, fechados (indestrutíveis), cada um deles com identificação clara do proponente referente à licitação e identificando o conteúdo dos envelopes como seguem:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014 – Convite nº 04/2014

ENVELOPE Nº 01 – “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

EMPRESA PROPONENTE:.....

CNPJ:.....

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014 – Convite nº 04/2014

ENVELOPE Nº 02 – “PROPOSTA DE PREÇOS”

EMPRESA PROPONENTE:.....

CNPJ:.....

2.2. Nenhum envelope será aceito pela Câmara de Vereadores de Itajaí após a data e hora aprazadas para esta licitação.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Serão admitidos a participar desta licitação os interessados que estejam legalmente estabelecidos na forma da lei, para os fins do objeto pleiteado. Para acesso ao Edital e demais informações referentes a este processo licitatório, a proponente deverá cadastrar-se previamente no site da Câmara de Vereadores de Itajaí, no seguinte endereço eletrônico: www.cvi.sc.gov.br.

3.2. Poderão participar da licitação, além dos convidados diretamente pela Câmara de Vereadores de Itajaí, as empresas do ramo de atividade referente ao objeto do presente edital, que estejam devidamente incluídas no Cadastro de Fornecedores da Câmara de Vereadores de Itajaí e que manifestarem (por escrito) o interesse em participar do processo, em até vinte e quatro horas antes do encerramento do prazo para a apresentação da documentação e propostas.

3.2.1 Os interessados em participar da presente licitação que não estejam devidamente cadastrados, deverão efetuar seu cadastro junto ao Departamento de Compras e Licitações da Câmara de Vereadores



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



de Itajaí, com antecedência mínima de 24h (vinte e quatro horas) antes do encerramento do prazo para a apresentação dos envelopes de documentação e propostas.

3.2.2. As solicitações de cadastro deverão ser feitas pelo telefone (47) 3344-7100; através do e-mail ass.licitacao@cvi.sc.gov.br ou no endereço: Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3825 (Contorno Sul) – Bairro Ressacada – Itajaí (SC).

3.3. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, na presente licitação, de mais de uma empresa.

3.4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) em estado de falência, recuperação judicial ou extrajudicial de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;
- b) que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas, nos termos do art. 87, incisos III e IV da Lei Federal 8.666/93;
- c) estrangeiras que não funcionem no país;
- d) que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre em si, quaisquer que sejam suas formas de constituição.

3.5. Quando a empresa licitante for Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), serão adotados os procedimentos em conformidade com a Lei Complementar 123/06.

3.6. **As microempresas e empresas de pequeno porte**, participantes desta licitação que pretendam exercer o direito ao tratamento diferenciado estabelecido pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, **deverão apresentar, dentro do envelope de nº 01 – “Documentos de Habilitação”, declaração conforme Anexo X deste Edital**, firmada pelo respectivo representante legal, **juntamente com a Certidão expedida pela Junta Comercial, ou, em se tratando de sociedade simples, de Documento expedido pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas**. Os documentos aqui relacionados não poderão ter prazo de emissão superior a 60 (sessenta) dias.

3.7. O local de entrega dos envelopes exigidos neste certame será na Câmara de Vereadores de Itajaí, situada na Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3825 (Av. Contorno Sul) – Bairro Ressacada – Itajaí (SC), no protocolo da recepção do piso térreo até a data e horário final estipulados no preâmbulo deste edital.

4 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. Representará a proponente, junto à Câmara e para fins de assunção de obrigações ligadas à presente licitação, o proprietário, sócio-gerente ou diretor-presidente da licitante, identificados segundo o art. 28 da Lei nº 8.666/93, ou então pessoa legalmente credenciada, sendo esta mediante apresentação de termo apropriado (modelo no Anexo VII), firmada pelo respectivo representante legal.

4.1.1. O credenciamento, que não substitui o instrumento da procuração, não outorga poderes para o credenciado assinar documentos de habilitação, bem como proposta comercial em nome da licitante, mas apenas para os atos da sessão de licitação.

4.2. No início da sessão, o representante da empresa licitante deverá apresentar à Comissão de Licitação, documento que comprove sua identidade e que o credencie, possibilitando a conferência dos dados com os informados no documento de credenciamento, sendo que sua regularidade permite praticar todos os atos inerentes ao certame, conforme especificado no item 4.1.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



4.2.1. Caso a empresa se faça representar pelo seu proprietário, deverá este apresentar o contrato social original ou cópia autenticada.

4.3. A não apresentação ou incorreção de quaisquer documentos de credenciamento não impedirá a participação da licitante no certame, porém impedirá o suposto representante de praticar atos em nome da empresa durante o processo licitatório.

5 – DA HABILITAÇÃO

5.1. A proponente deverá apresentar no envelope nº 01 “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, em 01 (uma) via, os seguintes documentos:

5.1.1. Habilitação Jurídica:

5.1.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

5.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

5.1.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.1.1.4. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBSERVAÇÃO: A documentação exigida nos itens 5.1.1.1 à 5.1.1.4 poderá ser substituída pela apresentação de Certidão de Registro Cadastral emitida pela Câmara de Vereadores de Itajaí, que deverá ser requerida em até 03 (três) dias antes do horário de entrega dos envelopes de habilitação.

5.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

5.1.2.1. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.1.2.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.1.2.3. Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

5.1.2.4. Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social (INSS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

5.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, alterada pela Lei 12.440, de 07 de julho de 2011.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



5.1.3. Outros Documentos:

5.1.3.1. **Declaração de Idoneidade** conforme Anexo VIII deste instrumento convocatório, firmada pelo respectivo representante legal.

5.1.3.2. **Declaração para o cumprimento do inc. V do art. 27 da Lei 8.666/93**, na forma do Anexo IX, deste instrumento convocatório, firmada pelo respectivo representante legal.

5.1.3.3. **Declaração para enquadramento como ME ou EPP**, na forma do Anexo X deste edital, para as microempresas e empresas de pequeno porte participantes desta licitação que pretendam exercer o direito ao tratamento diferenciado estabelecido pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, firmada pelo respectivo representante legal.

5.1.3.4. **Para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso):** Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC) ou, em se tratando de Sociedade Simples, deverá apresentar Documento expedido pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob pena de ser desconsiderada a condição de ME ou EPP. Os documentos aqui relacionados não poderão ter prazo de emissão superior a 60 (sessenta) dias.

5.2.– QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.2.1 Registro/Certidão de inscrição da empresa e do(s) responsável (is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da região da sede da empresa.

5.2.2 A comprovação do vínculo empregatício dos profissionais será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços que demonstrem a identificação do profissional.

5.2.2.1 A comprovação do vínculo do profissional deverá ocorrer no momento da assinatura do contrato.

5.2.2.2 Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e Certidão do CREA/CAU, devidamente atualizada.

5.2.2.3 Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional, em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.

5.3. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou deverão ser apresentados por processo de cópia autenticada em cartório ou por servidor da Câmara de Vereadores de Itajaí (frente e verso, quando for o caso), ou por processo de impressão, obtido via Internet, sendo que não será aceita cópia da impressão obtida via on-line. Esta condição deverá ser atendida dentro do envelope lacrado entregue no protocolo, não sendo permitida a autenticação durante a sessão de abertura dos envelopes. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante do processo licitatório.

5.3.1. Os documentos obtidos via Internet estarão sujeitos a confirmação da sua autenticidade na página dos órgãos responsáveis pela emissão dos mesmos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



5.4. É facultada à Comissão de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

5.5. Na comprovação da regularidade fiscal, será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte o tratamento disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

5.6. Para os documentos de regularidade fiscal que não apresentarem prazo de validade, considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

OBSERVAÇÃO:

* **Documentos matriz/filial:** Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante responsável pelo contrato/fornecimento com o número do CNPJ e endereço respectivo.

* Se a licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta.

* Se a licitante responsável pelo contrato/fornecimento for filial, todos os documentos deverão estar em nome desta.

* Os documentos que expressem claramente ser válidos para todos os estabelecimentos, matriz e filiais, serão aceitos pela Comissão independentemente da inscrição do CNPJ da proponente, para efeito de julgamento.

* A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitada.

6 – DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1. A proponente deverá apresentar no envelope nº 02 “PROPOSTA DE PREÇOS”, proposta conforme modelo constante do Anexo V deste instrumento, sem rasuras e emendas, assinada pelo representante legal da empresa, em 01 (uma) via, contendo o seguinte:

6.1.1. **Preços:** Valor **GLOBAL** da proposta, **INCLUSIVE POR EXTENSO**, referente ao fornecimento do objeto desta licitação (Anexo I), em moeda corrente nacional, com somente duas casas após a vírgula, incluindo todas as despesas incidentes sobre o preço.

6.1.2. O preço ofertado será sempre o preço final, nele devendo estar computadas todas as despesas, incluindo mão-de-obra, impostos e os equipamentos necessários à realização dos serviços, que incidam sobre o Contrato, os quais ficarão a cargo da licitante contratada.

6.1.3 **Planilha de composição de custos unitários** (Anexo III) de todos os itens e subitens da planilha orçamentária;

6.1.4 Detalhamento das **Bonificações e Despesas Indiretas – BDI** (Anexo IV), contendo todos os seus componentes, inclusive em forma percentual;



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



6.1.5 – O BDI deverá apresentar a composição de acordo com os seguintes parâmetros:

Administração Central
Seguro e Garantia
Risco
Despesas Financeiras
Lucro
PIS
COFINS
ISS (*)
Contribuição previdenciária (**)

4,00%
0,80%
1,27%
1,23%
7,40%
0,65%
3,00%
2,00%
2,00%

TOTAL BDI

24,87%

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

(*) Aplicar sobre a alíquota do ISS base de cálculo conforme legislação municipal

(**) Incluir nos casos de isenção sobre a folha de pagamento prevista na Lei nº 12.844/2013.

TABELA TAXAS BDI POR TIPO DE OBRA

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA			
TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil
Construção de Edifícios	20,34%	22,12%	25,00%
Construção de Rodovias e Ferrovias	19,60%	20,97%	24,23%
Construção de Redes de Abastecimento de Água, Coleta de Esgoto e Construções Correlatas	20,76%	24,18%	26,44%
Construção e Manutenção de Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica	24,00%	25,84%	27,86%
Obras Portuárias, Marítimas e Fluviais	22,80%	27,48%	30,95%
Fornecimento de Materiais e Equipamentos	11,10%	14,02%	16,80%

Construção de Edifícios			
PARCELA DO BDI	1 Quartil	Médio	3 Quartil
Administração Central	3,00%	4,00%	5,50%
Seguro e Garantia	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	6,16%	7,40%	8,96%
PIS, COFINS e ISSON	Conforme legislação		

Declaramos que esta planilha foi elaborada conforme equação para cálculo do percentual do BDI recomendada pelo Acórdão 2622/2013 - TCU, representada pela fórmula acima.

6.1.5. **Prazo de validade da proposta:** O prazo deverá ser apresentado para validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura dos envelopes nº 02 "PROPOSTA DE PREÇOS".

6.2. Nos valores propostos, que não poderão exceder o valor máximo estimado conforme disposto no Anexo III, deverão estar incluídas as despesas de impostos, encargos sociais, materiais e demais custos necessários para a realização dos serviços do respectivo objeto deste edital.

OBS: Serão desclassificadas as propostas que:

- *Apresentarem preço unitário superior aos valores por item fornecidos na planilha discriminativa de custos;
- * Não apresentarem a composição do BDI.

6.3. A INOBSERVÂNCIA DE QUAISQUER DETERMINAÇÕES ANTERIORMENTE CITADAS IMPLICARÁ NA DESCLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DA PROPONENTE.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



7 – DA ABERTURA E JULGAMENTO

7.1. Na data e horário indicados no preâmbulo deste instrumento convocatório, a Comissão de Licitação da Câmara de Vereadores de Itajaí reunir-se-á em sala própria e, na presença dos representantes das empresas proponentes, procederá como adiante indicado:

7.1.1. Abrir-se-ão os envelopes “**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**”;

7.1.2. A Comissão de Licitação procederá à verificação do conteúdo dos documentos, em conformidade com a respectiva relação dos documentos entregues, rubricará e submeterá à rubrica de todos os proponentes os documentos contidos nos mesmos;

7.1.3. Não haverá, em hipótese alguma, confrontação de documentos na abertura dos envelopes para autenticação por servidor ou pela Comissão de Licitação;

7.1.4. Serão devolvidas as propostas das empresas cuja documentação tenha sido julgada em desacordo com as exigências do presente instrumento convocatório;

7.1.5. Será julgada inabilitada a proponente que deixar de atender alguma exigência constante no presente instrumento convocatório;

7.1.6. As proponentes habilitadas nesta etapa passarão à fase de avaliação da proposta de preços.

7.2. Abrir-se-ão os envelopes de “**PROPOSTA DE PREÇOS**” das empresas cuja documentação estiver conforme o exigido, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

7.2.1. Será desclassificada a proponente que:

- a) deixar de atender a alguma exigência constante deste instrumento convocatório;
- b) apresentar oferta de vantagem não prevista neste instrumento convocatório ou vantagem baseada nas propostas das demais proponentes;
- c) apresentar preços superiores ao limite fixado, manifestamente inexequíveis ou excessivos.

7.2.2. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, salvo correções destinadas a sanar evidentes erros materiais:

- a) serão corrigidos automaticamente quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;
- b) falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados no envelope nº 1 – Habilitação;
- c) havendo divergência entre os valores unitário e total, prevalecerá o unitário e na divergência entre os valores em algarismos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

7.3. Após a análise das propostas apresentadas, a Comissão de Licitação declarará vencedora a proponente que, tendo atendido a todas as exigências deste instrumento convocatório, apresentar o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

7.4. Havendo empate entre duas ou mais propostas depois de observado o disposto no inciso II do § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/93, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual todos os proponentes serão convocados.

7.5. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte conforme disposições da Lei Complementar nº 123/06.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



7.5.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.5.2. Ocorrendo empate conforme disposto no artigo 45 (caput e incisos) da LC nº 123/06, será procedido o seguinte:

7.5.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

7.5.2.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.5.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.5.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na situação descrita no subitem 7.5.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 7.5.2 e seus subitens, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7. O disposto no item 7.5.2 e seus subitens somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8 – DOS RECURSOS

8.1. Aos proponentes é assegurado o direito de interposição de recursos, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93, os quais serão recebidos e processados nos termos ali estabelecidos.

8.1.1. Os recursos deverão ser protocolados na recepção do piso térreo da Câmara de Vereadores de Itajaí, sendo que não serão apreciados os recursos enviados via fax ou e-mail, bem como aqueles interpostos fora do prazo legal.

8.1.2. Sob pena de o recurso não ser apreciado, na petição deverá constar:

- a) Razão Social, endereço e CNPJ da empresa;
- b) Descrição sucinta e clara das razões que o faz interpor o recurso;
- c) Fundamento legal.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. A licitante adjudicada, após homologação pela autoridade competente, será convocada para assinar o instrumento contratual, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação.

9.2. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo previsto no subitem anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando às penalidades previstas na Lei nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações posteriores.

9.3. Deixando o proponente vencedor de assinar o contrato no prazo fixado, por qualquer motivo poderá a CVI, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo 1º (primeiro) classificado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



9.4. O contrato proveniente desta licitação considerar-se-á encerrado no vencimento do prazo estabelecido no subitem 9.1 ou quando estiverem cumpridas todas as obrigações contratuais pelas partes, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

10 DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1. O presente Contrato vigorará a partir da assinatura do contrato até o dia 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 O prazo do contrato proveniente desta licitação poderá ser prorrogado, se houver interesse da administração, e de acordo com o artigo 57 da Lei Nº 8.666/93.

10.3. A prorrogação deverá ser justificada e acompanhada de novo cronograma físico-financeiro adaptado às novas condições.

10.4. O contrato proveniente desta licitação poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com o artigo 65 e seus parágrafos, da Lei Nº 8.666/93.

11 - DO PREÇO E DO REAJUSTAMENTO

11.1 Os preços a serem contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data da apresentação da proposta.

11.2. Caso o prazo acima exceda os 12 (doze) meses previstos, os preços contratuais serão reajustados de acordo com o Índice Nacional da Construção Civil – INCC, tomando-se por base a data da apresentação da proposta pela variação dos índices constantes da revista “conjuntura econômica”, editada pela Fundação Getúlio Vargas.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de recursos próprios, orçamento 2014, dotação: Cód. Resumido: 6 – Natureza da Despesa:

00022.00022.00001.00031.00001.2.000112.3.4.4.9.0.00.00.00.00.00 - Aplicação Direta

13. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

13.1. O prazo máximo para execução das obras será de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato e competente emissão das Ordens de Serviço.

13.2. Após a assinatura do contrato será emitida Ordem de Serviço pela Contratante da Obra, em até 05 dias, de acordo com o Cronograma preestabelecido.

13.2.1 A Ordem de Serviço – (OS) deverá ter sua execução iniciada em 02 (dois) dias úteis após sua emissão, atendidos sempre os requisitos do ANEXO I – Memorial Descritivo.

13.3. Quando da execução da obra, o licitante vencedor deverá atender a todas as exigências definidas no ANEXO I – Memorial Descritivo, além de atender todas as recomendações expedidas pelo Fiscal do Contrato.

14 – DOS CRITÉRIOS E FORMA DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento dos serviços objeto desta licitação será efetuado em até 10 (dez) dias após o aceite da obra pela CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ, mediante emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, bem como à apresentação pela licitante contratada da Nota Fiscal ou Fatura;



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



14.1.1 A Nota Fiscal ou Fatura, será obrigatoriamente acompanhada do respectivo Boletim de Medição da Obra, identificada com o Registro do CREA ou CAU e do responsável técnico da licitante, bem como dos comprovantes de quitação perante o INSS, FGTS e CND Trabalhista.

14.2. O representante da Contratante, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato analisará o exato cumprimento das obrigações da Contratada a cada solicitação feita, atestando a execução dos serviços e encaminhando a correspondente nota fiscal à Secretaria de Administração e Finanças, com o devido aceite e recebimento.

14.3. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização do documento fiscal.

14.4. Caso não haja expediente na Câmara de Vereadores de Itajaí no dia do vencimento da Nota Fiscal/Fatura, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.

14.5. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a empresa Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Câmara de Vereadores de Itajaí, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento, será calculada de acordo com variação *pro rata tempore* do IGP-M/FGV, ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

14.6. A compensação financeira prevista na condição mencionada no item 14.5 será cobrada em Nota Fiscal/Fatura após a ocorrência.

15 – DO RECEBIMENTO DA OBRA

15.1. Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 10 (dez) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

15.2 A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissional técnico competente, acompanhado do profissional encarregado pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.2.1 Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

15.2.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

15.3 O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 60 (sessenta) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas, e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



15.3.1 O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

16 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Em caso de inexecução total ou parcial, erro ou mora na execução ou execução imperfeita do objeto deste processo licitatório, a Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora:

16.1.1. Advertência;

16.1.2. Multa de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total da avença;

16.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

16.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Câmara de Vereadores de Itajaí, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e, após, decorrido o prazo da sanção mencionada no item 16.1.3.

17. DA RESCISÃO DO CONTRATO

17.1. O contrato a ser firmado com a licitante vencedora poderá ser rescindido de pleno direito pelos motivos previstos nos artigos 77, 78, 79 e 80, da lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

17.2. Sob nenhum aspecto será admitido, por parte da licitante contratada, exceção de contrato não cumprido, em face da Administração, exceto nos casos admitidos pela Lei nº 8.666/93.

18 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. A presente licitação poderá ser revogada pela autoridade competente, desde que por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e suficiente para justificar tal conduta.

18.2 A anulação da presente licitação dar-se-á por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito, devidamente fundamentado, sem que caibam as licitantes quaisquer direito de indenização.

18.3. O encaminhamento da proposta implica concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e as condições deste edital.

18.4. A divulgação do resultado do julgamento não constitui fato gerador de qualquer direito para os licitantes, ficando a critério da Câmara de Vereadores de Itajaí decidir pela contratação.

18.5. A Comissão Permanente de Licitação poderá em qualquer fase da licitação suspender os trabalhos, devendo promover o registro em ata da suspensão e da convocação para continuidade dos mesmos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



18.6. A Comissão Permanente de Licitação, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

18.7. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Câmara de Vereadores de Itajaí, nos termos de legislação pertinente.

18.8. Integram o presente instrumento convocatório os seguintes anexos:

- Anexo I – Memorial Descritivo/Projetos;
- Anexo II – Cronograma Físico-Financeiro;
- Anexo III – Planilha Orçamentária;
- Anexo IV – Detalhamento do BDI;
- Anexo V – Modelo de Formulação da Proposta de Preços;
- Anexo VI – Minuta de Contrato;
- Anexo VII – Modelo de Carta de Credenciamento;
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de Idoneidade;
- Anexo IX - Modelo de declaração para cumprimento do inc. V, do art. 27 da Lei nº 8.666/93;
- Anexo X – Modelo de declaração para enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte;

18.9. Os interessados que tiverem dúvidas sobre o presente instrumento convocatório, serão atendidos na Câmara de Vereadores de Itajaí, no horário das 13h às 18h em dias úteis, de segunda a sexta-feira, ou através do telefone (47) 3344-7100, no Setor de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças.

18.10. Aplica-se ao presente instrumento convocatório, nas partes omissas, a legislação em vigor.

19. DO FORO DE ELEIÇÃO

19.1. Fica eleito o foro da cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões oriundas dos procedimentos previstos neste edital.

Itajaí (SC), 15 de agosto de 2014.

VALDIRENE APARECIDA MAZZETTO MOROSO
Secretária de Administração e Finanças

GILBERTO DE SOUZA
Secretário Geral



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014

Convite nº 04/2014

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO/PROJETOS

Os arquivos encontram-se disponíveis no link **Licitações** em:

<http://www.cvi.sc.gov.br>



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



ANEXO II

CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO
CONSTRUÇÃO DE GUARITA CAMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ

Av. Ver. Abrahão João Francisco (Contorno Sul), 3825 – Ressacada

ITEM	DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)	PESO	PRAZO EM DIAS					
				MÊS 1		MÊS 2		TOTAL ITEM (%)	TOTAL (R\$)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 1.247,48	8,41%	1.247,48	100,00%	-	-	100,00%	R\$ 1.247,48
2	MOVIMENTO DE TERRA	R\$ 35,03	0,24%	35,03	100,00%	-	-	100,00%	R\$ 35,03
3	INFRA ESTRUTURA - FUNDAÇÕES	R\$ 2.015,26	13,58%	2.015,26	100,00%	-	-	100,00%	R\$ 2.015,26
4	SUPERESTRUTURA	R\$ 1.513,33	10,20%	1.513,33	100,00%	-	-	100,00%	R\$ 1.513,33
5	PAREDES	R\$ 598,31	4,03%	598,31	100,00%	-	-	100,00%	R\$ 598,31
6	ESQUADRIAS	R\$ 4.736,50	31,92%	4.736,50	100,00%	-	-	100,00%	R\$ 4.736,50
7	COBERTURA	R\$ 523,62	3,53%	523,62	100,00%	-	-	100,00%	R\$ 523,62
8	IMPERMEABILIZAÇÃO	R\$ 49,80	0,34%	49,80	100,00%	-	-	100,00%	R\$ 49,80
9	REVESTIMENTO DE PAREDES	R\$ 577,40	3,89%	577,40	100,00%	-	-	100,00%	R\$ 577,40
10	PAVIMENTAÇÃO	R\$ 807,31	5,44%	807,31	100,00%	-	-	100,00%	R\$ 807,31
11	PINTURA	R\$ 972,38	6,55%	972,38	100,00%	-	-	100,00%	R\$ 972,38
12	INSTALAÇÃO ELÉTRICA	R\$ 825,59	5,56%	825,59	100,00%	-	-	100,00%	R\$ 825,59
13	INSTALAÇ. TELEFONICA/PONTO DE REDE LOG	R\$ 336,75	2,27%	336,75	100,00%	-	-	100,00%	R\$ 336,75
14	INSTALAÇ. DE AGUAS PLUVIAIS	R\$ 121,68	0,82%	121,68	100,00%	-	-	100,00%	R\$ 121,68
15	SERVIÇOS DIVERSOS/MURO	R\$ 469,34	3,16%	469,34	100,00%	-	-	100,00%	R\$ 469,34
16	SERVIÇOS FINAIS	R\$ 8,42	0,06%	8,42	100,00%	-	-	100,00%	R\$ 8,42

RESUMO CRONOGRAMA FISICO - FINANCEIRO								
TOTAL DOS SERVIÇOS	R\$ 14.838,20	100,00%	PRAZO EM DIAS					
			(Intervalo do período)		(Intervalo do período)		TOTAL	
			MÊS 1		MÊS 2		TOTAL (%)	TOTAL (R\$)
			14.838,20 100,00%		R\$ - 0,00%			
TOTAL MENSAL SIMPLES			R\$ 14.838,20	100,00%	R\$ 14.838,20	100,00%		
TOTAL MENSAL ACUMULADO								

Itajaí, 01 de abril de 2014

Joaquim de Oliveira Neto
Arquiteto- CAU A 9002-6
Matrícula 439.501



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



ANEXO III – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Obra: CONSTRUÇÃO DE GUARITA - CAMARA DE VEREADORES DE ITAJAI	Data Base: SINAPI/DEINFRA
Prazo de Execução: 30 dias	BDI: 24,87%
Localização: Av. Ver. Abrahão João Francisco (Contorno Sul), 3825 – Ressacada	Área: 5,04 m²

Planilha Orçamentária

Item	Cód.SINAPI	Descrição dos Serviços	Unid.	Quant.	V. Unit. (R\$)	V.Total (R\$)
1		Serviços Preliminares				
1.1	74209/001	Placa da obra em chapa de aço galvanizado (1,20x1,00)m	m²	1,20	450,51	540,61
1.2	73847/002	Aluguel de Container - (6,20x2,20) m - (Escritório e Sanitários)	mês	1,00	664,21	664,21
1.3	73992/001	Locação convencional da obra (execução de gabarito)	m²	5,40	7,90	42,66
Subtotal item 1						1.247,48
2		Movimento de Terra				
2.1	73481	Escavação manual de vala em terra compacta, profundidade até 1,00 m (instalações provisórias e definitivas)	m³	1,37	25,57	35,03
Subtotal item 2						35,03
3		Infra-estrutura - Fundações				
3.1	73346	Sapatas Isoladas - Concreto armado 20 MPA incl. Materiais, formas e ferragens	m³	0,72	1.865,98	1.343,51
3.2	73346	Vigas Baldrame - Concreto armado 20 MPA incl. Materiais, formas e ferragens	m³	0,36	1.865,98	671,75
Subtotal item 3						2.015,26
4		Superestrutura				
4.1	73346	Pilares - Concreto armado 20 MPA incl. Materiais, formas e ferragens	m³	0,32	1.506,48	482,07
4.2	73346	Vigas - Concreto armado 20 MPA incl. Materiais, formas e ferragens	m³	0,36	1.506,48	542,33
4.3	74202/001	Laje pré-moldada, FCK = 20 Mpa, inclusive ferragem negativa, escoramento, material e mão-de-obra, incluso concreto lançado, (espessura de capa = 3 cm)	m²	6,25	62,17	388,56
4.4	74200/001	Contraverga pré-moldada em concreto armado (Fck=20Mpa) - 10x10cm	m	6,30	15,93	100,36
Subtotal item 4						1.513,33
5		Paredes				
5.1	73935/001	Alvenaria em tijolo cerâmico furado 10 x 20 x 20cm, 1/2 vez e assentado em argamassa traço 1:4 (cimento e areia) com e = 1,00 cm	m²	13,40	44,65	598,31
Subtotal item 5						598,31
6		Esquadrias				
6.1	73838/001	Porta de Vidro - PV 1 (80 x 210) - com ferragens e vidro 10mm	m²	1,68	409,10	687,29
6.2	73809/001	Janela de Vidro temperado abrir - com ferragens e vidro 4mm (0,50x0,60)	m²	0,60	381,64	228,98
6.3	74067/001	Painéis de vidro temperado fixo - 8 mm	m²	10,40	367,33	3.820,23
Subtotal item 6						4.736,50
7		Cobertura				
7.1	73931/001	Estrutura p/ telha ondulada de fibrocim., em madeira aparelhada, apoiada em laje	m²	3,75	42,29	158,59
7.2	74088/001	Telha de fibrocimento ondulada 6 mm, inc. acessórios de fixação	m²	3,75	28,65	107,44
7.3	72105	Calha em chapa de aço galvanizado número 24 - (platibanda)	m	2,50	40,35	100,88
7.4	72107	Rufo em chapa de aço galvanizado número 24 - (platibanda e telhado)	m	8,00	19,59	156,72
Subtotal item 7						523,62
8		Impermeabilização				
8.3	74106/001	Impermeabilização com tinta betuminosa em baldrame	m²	6,00	8,30	49,80
Subtotal item 8						49,80
9		Revestimento de Paredes				
9.1	5974	Chapisco de aderência em paredes internas e externas traço 1:4	m²	30,55	4,43	135,34
9.6	5995	Reboco traço 1:4,5 - espessura 0,5 cm - paredes internas e externas e forro	m²	30,55	14,47	442,06
Subtotal item 9						577,40
10		Pavimentação				
10.1	79484	Colchao de areia comercial - espessura 20 cm	m³	0,75	53,87	40,40
10.2	83534	Contrapiso - Lastro de concreto 8 cm	m³	0,30	624,36	187,31
10.3	74108/001	Piso cerâmico PEI IV, assentado com argamassa, inclusive rejunte	m²	3,75	41,41	155,29
10.4	73985/001	Rodapé cerâmico PEI IV, assentado com argamassa, inclusive rejunte	m	7,60	10,79	82,00
10.5	84161	Soleira em mármore larg. 15 cm esp. 3 cm, assentada s/ argam. traço 1: cim/ar	m	6,55	52,26	342,30
Subtotal item 10						807,31
11		Pintura				
11.1	74134/002	Emassamento de paredes/tetos com massa acrílica - 02 demãos	m²	30,55	14,25	435,34
11.2	74233/001	Fundo selador acrílico, uma demão	m²	30,55	3,45	105,40
11.3	73954/002	Pintura acrílica 02 demãos sobre paredes/tetos	m²	30,55	10,24	312,83
11.4	6067	Pintura em esmalte sintético 02 demãos c/ zarcão sobre calhas e rufos	m²	4,45	26,70	118,82
Subtotal item 11						972,38
12		Instalação Elétrica				
12.1	73953/002	Luminária completa de sobrepôr tipo calha 2x 20w c/ reator/lamp. fluoesc. e fiação	unid	2,00	101,87	203,74
12.2	D 43540	Ponto elétrico Interruptor simples de embutir 10A/250V 1 tecla, fiação e instalação completo	unid	1,00	124,37	124,37



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



Obra: CONSTRUÇÃO DE GUARITA - CAMARA DE VEREADORES DE ITAJAI	Data Base: SINAPI/DEINFRA
Prazo de Execução: 30 dias	BDI: 24,87%
Localização: Av. Ver. Abrahão João Francisco (Contorno Sul), 3825 – Ressacada	Área: 5,04 m²

Planilha Orçamentária

Item	Cód.SINAPI	Descrição dos Serviços	Unid.	Quant.	V. Unit. (R\$)	V.Total (R\$)
12.3	D 43540	Ponto Elétrico Tomada de embutir 2P+T 20A/250V, fiação e instalação completo	unid	4,00	124,37	497,48
Subtotal item 12						825,59
13		Instalação Telefônica/Ponto de rede lógica				
13.1		Ponto telefonico e rede logica	m	3,00	112,25	336,75
Subtotal item 13						336,75
14		Instalação de Aguas Pluviais				
14.1	74165/004	Tubo PVC esgoto Ø 100mm, inclusive conexões (queda)	m	3,00	40,56	121,68
Subtotal item 14						121,68
15		Serviços Diversos (Muro)				
15.1	73899/002	Demolição de parede de alvenaria sem aproveitamento (muro)	m³	0,60	50,03	30,02
15.2	73935/001	Alvenaria em tijolo cerâmico furado 10 x 20 x 20cm, 1/2 vez e assentado em argamassa traço 1:4 (cimento e areia) com e = 1,00 cm	m²	4,00	44,65	178,60
15.3	5974	Chapisco de aderência em paredes internas e externas traço 1:4	m²	8,00	4,43	35,44
15.4	5995	Reboco traço 1:4,5 - espessura 0,5 cm - paredes internas e externas e forro	m²	8,00	14,47	115,76
15.5	74233/001	Fundo selador acrílico, uma demão	m²	8,00	3,45	27,60
15.6	73954/002	Pintura acrílica 02 demãos sobre paredes/tetos	m²	8,00	10,24	81,92
Subtotal item 15						469,34
16		Serviços Finais				
16.1	9537	Limpeza final da obra	m²	5,04	1,67	8,42
Subtotal item 16						8,42
Total Geral Incluso BDI						14.838,19

Itajaí, 01 de abril de 2014

Joaquim de Oliveira Neto
Arquiteto- CAU A 9002-6
Matrícula 439.501



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



ANEXO IV – DETALHAMENTO DO BDI

Administração Central
Seguro e Garantia
Risco
Despesas Financeiras
Lucro
PIS
COFINS
ISS (*)
Contribuição previdenciária (**)

4,00%
0,80%
1,27%
1,23%
7,40%
0,65%
3,00%
2,00%
2,00%
24,87%

TOTAL BDI

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

(*) Aplicar sobre a alíquota do ISS base de cálculo conforme legislação municipal

(**) Incluir nos casos de desoneração sobre a folha de pagamento prevista na Lei nº 12.844/2013.

TABELA TAXAS BDI POR TIPO DE OBRA

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA			
TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil
Construção de Edifícios	20,34%	22,12%	25,00%
Construção de Rodovias e Ferrovias	19,60%	20,97%	24,23%
Construção de Redes de Abastecimento de Água, Coleta de Esgoto e Construções Correlatas	20,76%	24,18%	26,44%
Construção e Manutenção de Estações e Redes de Distribuição de Energia Elétrica	24,00%	25,84%	27,86%
Obras Portuárias, Marítimas e Fluviais	22,80%	27,48%	30,95%
Fornecimento de Materiais e Equipamentos	11,10%	14,02%	16,80%

TABELAS PARA COMPOSIÇÃO DETALHADA DO BDI POR TIPO DE OBRA

Construção de Edifícios			
PARCELA DO BDI	1 Quartil	Médio	3 Quartil
Administração Central	3,00%	4,00%	5,50%
Seguro e Garantia	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	6,16%	7,40%	8,96%
PIS, COFINS e ISSQN	Conforme legislação		



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



CONVITE Nº 04/2014

ANEXO V

MODELO DE FORMULAÇÃO DA PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefone/fax: _____ E-mail: _____

Item	Qtde	Un	Descrição Material/Serviço	Valor Total (R\$)
1	1	un	Construção de uma guarita no estacionamento da CVI.	
TOTAL GERAL:				R\$

1. **Valor GLOBAL da proposta:** R\$ _____, ____ (valor por extenso _____)

Nos preços propostos estão incluídas todas as despesas conforme aludidas no Processo Licitatório nº 20/2014 – Convite nº 04/2014.

2. **Condições de pagamento:** Conforme item 14 do Edital.

3. **Prazo de validade da proposta:** _____ (por extenso _____) dias (não podendo ser inferior a 60 [sessenta] dias, a partir da abertura dos envelopes nº 02 “PROPOSTA DE PREÇOS”).

..... de de 2014.

.....
Nome e assinatura do representante legal da empresa



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014

Convite nº 04/2014

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

Contrato n.º/2014.

**CONTRATO QUE CELEBRAM CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ/SC
- CVI E A EMPRESA _____, REGENDO A
EXECUÇÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA GUARITA, NO
ESTACIONAMENTO DA CVI.**

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado a **CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ** inscrita no CNPJ sob nº 83.500.603/0001-80, com sede na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Av. Ver. Abrahão João Francisco, nº 3825, Bairro Ressacada, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada, nos termos da Portaria nº 74, de 08 de janeiro de 2013, pela senhora Valdirene Aparecida Mazzetto Moroso, Secretária de Administração e Finanças, brasileira, agente pública, inscrita no CPF sob nº _____ e portadora do RG nº _____, pelo Senhor Gilberto de Souza, Secretária Geral, brasileiro, agente público, inscrito no CPF sob o nº _____ e portador do RG nº _____ e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, à Rua _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, celebram este Termo de Contrato, de conformidade com o Processo Licitatório nº 20/2014 – Convite nº 04/2014, regulado pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto do presente a contratação de empresa para execução de obras de construção de uma guarita no estacionamento da Câmara de Vereadores de Itajaí, conforme as especificações e condições fixadas neste instrumento e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor global do presente contrato é de R\$ _____, ____ (valor porextenso).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do contrato será até o dia 31 de dezembro de 2014, com validade e eficácia legal após sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1. Durante a vigência do contrato, a OBRA será acompanhada e fiscalizada, em todos os seus termos, por servidor designado pela Secretaria de Administração e Finanças e/ou fiscalização contratada para este fim específico.

4.2. Além do acompanhamento e da fiscalização, servidor devidamente autorizado poderá, ainda, sustar qualquer entrega que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



4.3 A fiscalização pela CONTRATANTE não exime a CONTRATADA, na forma da lei, da fiel execução dos serviços contratados, ficando sob a sua responsabilidade todas as despesas diretas e indiretas cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta de recursos próprios, orçamento 2014, dotação: Cód. Resumido: 6 – Natureza da Despesa:

00022.00022.00001.00031.00001.2.000112.3.4.4.9.0.00.00.00.00.00 - Aplicação Direta

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO

6.1. O prazo máximo para execução das obras será de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato e competente emissão das Ordens de Serviço.

6.2. Após a assinatura do contrato será emitida Ordem de Serviço pela Contratante da Obra, em até 05 dias, de acordo com o Cronograma preestabelecido.

6.2.1 A Ordem de Serviço – (OS) deverá ter sua execução iniciada em 02 (dois) dias úteis após sua emissão, atendidos sempre os requisitos do ANEXO I – Memorial Descritivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CRITÉRIOS E FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento dos serviços objeto deste contrato será efetuado em até 10 (dez) dias após o aceite da obra pela CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ, mediante emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, bem como à apresentação pela licitante contratada da Nota Fiscal ou Fatura;

7.1.1 A Nota Fiscal ou Fatura, será obrigatoriamente acompanhada do respectivo Boletim de Medição da Obra, identificada com o Registro do CREA ou CAU e do responsável técnico da licitante, bem como dos comprovantes de quitação perante o INSS, FGTS e CND Trabalhista.

7.2. O representante da Contratante, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato analisará o exato cumprimento das obrigações da Contratada a cada solicitação feita, atestando a execução dos serviços e encaminhando a correspondente nota fiscal à Secretaria de Administração e Finanças, com o devido aceite e recebimento.

7.3. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização do documento fiscal.

7.4. Caso não haja expediente na Câmara de Vereadores de Itajaí no dia do vencimento da Nota Fiscal/Fatura, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.

7.5. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a empresa Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Câmara de Vereadores de Itajaí, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento, será calculada de acordo com variação *pro rata tempore* do IGP-M/FGV, ou de outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

7.6. A compensação financeira prevista na condição mencionada no item 7.5 será cobrada em Nota Fiscal/Fatura após a ocorrência.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, dentre outras inerentes ou decorrentes deste Contrato:



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



8.1.1. Atender a todas as condições e especificações constantes do Processo Licitatório nº 20/2014 – Convite nº 04/2014, e seus anexos.

8.1.2. Responsabilizar-se pela execução do objeto deste Contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar à CONTRATANTE ou a terceiros.

8.1.3. A mão-de-obra empregada e devidamente registrada pela contratada, na execução das obras e serviços, objeto do contrato, não terá nenhuma vinculação empregatícia com a Câmara de Vereadores de Itajaí, descabendo, portanto, imputação de qualquer obrigação social a esta, observando-se o disposto no artigo 71, da Lei Nº 8.666/93.

8.1.4. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. Sua inadimplência com referência aos encargos referidos neste item, não implica em responsabilidade solidária ou subsidiária da Câmara de Vereadores, ou do Município de Itajaí, nem poderá onerar o objeto do Contrato.

8.1.5 Dentro do prazo de prescrição estabelecida pela lei civil ou administrativa, a contratada deverá se responsabilizar e arcar com ônus de todas as reclamações e/ou ações jurídicas decorrentes de ofensas ou danos causados, resultante da execução dos serviços.

8.1.6 Obedecer todas as Normas Técnicas da ABNT vigentes e que venham a vigorar na execução dos serviços e fornecer, a qualquer época, os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pela CVI, sobre o objeto do contrato a ser firmado.

8.1.7 A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.1.8 A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à ausência de fiscalização ou de acompanhamento pelo órgão interessado, na forma do artigo 70, da Lei nº 8.666/93, e do artigo 37, §6º, da Constituição Federal.

8.1.9 Permitir e facilitar à fiscalização, a inspeção ao local das obras, em qualquer dia e hora, devendo prestar os esclarecimentos solicitados.

8.1.10 Manter devidamente uniformizados todos os empregados da contratada com a sua identificação.

8.1.11 A contratada deverá garantir as obras e serviços executados e os materiais fornecidos, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, conforme estabelecido pela legislação civil e administrativa em vigor.

8.1.12 Manter durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação exigidas neste certame.

8.1.13 A empresa contratada deverá colocar e manter placas indicativas, de acordo com o Projeto da Obra, que deverão ser afixadas em local apropriado, enquanto durar a execução dos serviços.

8.1.14 Executar a demolição e refazer, sem ônus para a CVI, os serviços rejeitados pela fiscalização.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



8.1.15 A empresa contratada deverá observar todas as condições estabelecidas no Memorial Descrito da Obra (Anexo I).

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, dentre outras inerentes ou decorrentes deste Contrato:

9.1.1. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e documentar as eventuais ocorrências.

9.1.2. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.

9.1.2.1 Em caso de atraso no pagamento por parte da CONTRATANTE, será aplicado sobre os respectivos valores, o índice IGP-M (FGV).

9.1.3 Suprir a contratada de documentos, informações e demais elementos que possuir ligados aos serviços a serem executados, bem como dirimir dúvidas e orientá-la nos casos omissos.

9.1.4. Emitir previamente Nota de Empenho para atender os serviços utilizados, bem como liquidar os débitos em seus respectivos vencimentos.

9.1.5. Atestar, na nota fiscal-fatura, a efetiva realização do serviço, por meio de fiscal designado pela Secretaria competente.

9.1.6. Liquidar os documentos de cobrança, após certificada a prestação do serviço e realizado o prévio empenho.

9.1.7. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.

9.1.8. Aplicar à contratada, quando for o caso, as penalidades cabíveis e em conformidade com a disciplina da Lei n.º 8.666/1993 e alterações respectivas.

9.1.9. Publicar o extrato deste contrato, na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PREÇO E DO REAJUSTAMENTO

10.1 Os preços a serem contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data da apresentação da proposta.

10.2. Caso o prazo acima exceda os 12 (doze) meses previstos, os preços contratuais serão reajustados de acordo com o Índice Nacional da Construção Civil – INCC, tomando-se por base a data da apresentação da proposta pela variação dos índices constantes da revista “conjuntura econômica”, editada pela Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo:

11.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

11.1.2. Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato;



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



11.1.3. Se ocorrer o descumprimento de quaisquer das obrigações atribuídas às partes neste Contrato;

11.1.4. Na hipótese de ocorrer qualquer das situações previstas nos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/93;

11.2. Fica assegurado à CONTRATADA o direito de recebimento do valor correspondente aos serviços prestados à CONTRATANTE até a data da rescisão, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO AMPARO LEGAL

12.1 A lavratura do presente contrato decorre da realização do Processo Licitatório n.º 20/2014, na modalidade CONVITE n.º 04/2014 realizado com fundamento no artigo 22, inciso III e § 3º, combinado com o artigo 23, inciso I, alínea "a", da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1 O prazo do contrato poderá ser prorrogado, se houver interesse da Administração, e de acordo com o artigo 57 da Lei Nº 8.666/93.

13.2 A prorrogação deverá ser justificada e acompanhada de novo cronograma físico-financeiro adaptado às novas condições.

13.3 O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com o artigo 65 e seus parágrafos, da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Em caso de inexecução total ou parcial, erro ou mora na execução ou execução imperfeita do objeto deste processo licitatório, a Administração da Câmara de Vereadores de Itajaí poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora:

14.1.1. Advertência;

14.1.2. Multa de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor total da avença;

14.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

14.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Câmara de Vereadores de Itajaí, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e, após, decorrido o prazo da sanção mencionada no item 14.1.3.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA CESSÃO

15.1. Este contrato não poderá ser cedido ou transferido sem o consentimento expresso de ambas as partes, obrigando ainda seus sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO AO CONVITE

16.1 Este contrato fica vinculado aos termos do CONVITE Nº 04/2014, cuja realização decorre da autorização da Secretária de Administração e Finanças juntamente com o Chefe de Gabinete da Presidência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Fazem parte integrante e inseparável do presente contrato o Processo Licitatório nº 20/2014 – Convite nº 04/2014, seu edital, anexos e a proposta comercial apresentada pela CONTRATADA.

17.2. O presente Contrato poderá ser modificado, rescindido, fiscalizado ou sofrer sanções, na forma prevista no art. 58 e seus incisos, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

17.3. Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo, respeitando as disposições da Lei 8.666/93, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de Direito Privado.

17.4. A nulidade de qualquer uma das cláusulas deste Contrato não implicará nulidade das demais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itajaí, Estado de Santa Catarina-SC para dirimir dúvidas oriundas do presente contrato, independentemente de outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Itajaí (SC), _____ de _____ de 2014.

Valdirene Aparecida Mazzetto Moroso
Secretária de Administração e Finanças
CONTRATANTE

Gilberto de Souza
Secretário geral
CONTRATANTE

.....
.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014

Convite nº 04/2014

ANEXO VII

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À Comissão de Licitação
CÂMARA DE VEREADORES DE ITAJAÍ

Pela presente, credenciamos o (a) sr. (a) portador(a) da cédula de identidade nº e CPF nº a participar do Processo Licitatório nº 20/2014 – Convite nº 04/2014, instaurado por esse órgão público.

Na qualidade de representante legal da empresa, CNPJ nº, outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de recurso.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

..... de de 2014.

.....
Nome e assinatura do representante legal da empresa



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014

Convite nº 04/2014

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

(Nome da Empresa) _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público, que não sofreu aplicação das penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e não possui qualquer outro fator impeditivo de participar de licitações, estando apta a contratar com a Administração Pública.

....., de de 2014.

.....
Nome e assinatura do representante legal da empresa



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014

Convite nº 04/2014

ANEXO IX

**MODELO DE DECLARAÇÃO PARA CUMPRIMENTO
DO INC. V DO ART. 27 DA LEI Nº 8.666/93**

_____(Razão Social)_____, estabelecida na rua
_____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____,
Estado de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio do seu
representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº
_____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art. 27 da Lei nº
8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor
de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, _____ de _____ de 2014.

.....
Nome e assinatura do representante legal da empresa

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí
Secretaria de Administração e Finanças



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014

Convite nº 04/2014

ANEXO X

**MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Nome da Empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, para os fins do disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, que se enquadra como (*microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso*), percebendo receita bruta anual:

- () igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) (*para o caso de microempresas*)
() superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) (*para o caso de empresas de pequeno porte*).

.....
Nome e assinatura do representante legal da empresa